

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.887 - PR (2019/0155071-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**RECORRIDO** : **MILTON DOMINGUES PETRI**  
**RECORRIDO** : **URUBATAN HELOU**  
**ADVOGADO** : **JOSE RENA - PR092877**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – MPE com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR.

Consta dos autos que os recorridos, MILTON DOMINGUES PETRI e URUBATAN HELOU, foram denunciados pela suposta prática de crime tributário (fl. 157), tendo a denúncia sido recebida (fl. 158).

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus que foi parcialmente provido para conceder ordem a fim de que o curso da ação penal fique suspenso até o pagamento integral do parcelamento tributário (fl. 164). O acórdão ficou assim ementado:

*HABEAS CORPUS- CRIME TRIBUTÁRIO - ARTIGO INCISOS I, II E IV DA LEI 8.137/90 - PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - IMPOSSIBILIDADE - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLEITO DE SUSPENSÃO DA AÇÃO PENAL EM RAZÃO DO PARCELAMENTO DO DÉBITO EFETUADO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA - POSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR AOS PACIENTES O INTEGRAL PAGAMENTO DO TRIBUTO, SENDO CLARO QUE O OBJETIVO DO PARCELAMENTO É A QUITAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA PARA SUSPENDER A AÇÃO PENAL ATÉ O INTEGRAL PAGAMENTO DO TRIBUTO (Fl. 157).*

Embargos de declaração opostos pelo MPE foram rejeitados, conforme acórdão de folhas 242/245.

Em sede de recurso especial, o MPE alegou violação ao artigo 83, § 2º, da Lei n. 9.430/96, com redação dada pela Lei n. 12.382/11, porquanto o Tribunal de origem

# Superior Tribunal de Justiça

sustou o andamento do processo penal em decorrência de adesão a programa de parcelamento de débito tributário posteriormente ao recebimento da denúncia. Destaca que os pacientes foram denunciados em 19/10/15, que a denúncia foi recebida em 27/11/15 e que a adesão ao parcelamento foi posterior ao recebimento da denúncia.

Requeru o prosseguimento da ação penal.

Contrarrazões (fls. 290/302).

O recurso especial foi admitido (fls. 312/317).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 335/340).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem entendeu por suspender o trâmite da ação penal porque comprovado parcelamento do débito tributário, com vigésima quinta parcela já paga, e não ser pacífico o entendimento de que o parcelamento deve ser anterior ao recebimento da denúncia. Cito o trecho:

*Adiante, no tocante ao parcelamento do débito tributário, assiste razão ao impetrante.*

*Em recente julgamento, está Segunda Câmara Criminal entendeu pela alteração do posicionamento anterior, a fim de suspender a ação penal quando realizado o parcelamento de débito.*

*[...]*

*Na mesma trilha, há entendimento no Superior Tribunal de Justiça:*

*[...]*

*Observa-se que a aludida pessoa jurídica estabeleceu Termo de Acordo e Parcelamento sob o nº 03.721844-8 junto à Receita Estadual, por meio do qual foram parcelados os débitos constantes da denúncia, tendo, inclusive, a vigésima quinta parcela já sido paga (mov. 1.9).*

*E, não obstante o parcelamento tenha sido efetuado após o recebimento da denúncia, entendo cabível a suspensão da presente ação penal e do prazo prescricional, até a quitação do débito ou revogação do parcelamento, já que o entendimento de que a referida negociação seja anterior ao recebimento da denúncia não é pacífico (fls. 162/164).*

Contudo, a jurisprudência desta Corte está no sentido de que o parcelamento

do débito tributário apenas obsta a ação penal caso efetivado antes do recebimento da denúncia, se a inscrição em dívida ativa ocorreu após a Lei n. 12.382/11.

Confirmam-se, nesse sentido, precedentes :

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º DA LEI N. 8.137/1990). ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REQUERIMENTO POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. SUSPENSÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Esta Corte já se manifestou que "o art. 83, § 2º, da Lei 9.430/96, com redação determinada pela Lei 12.382/2011, ao estabelecer o recebimento da denúncia como limite temporal para o pedido de parcelamento para fins de suspensão da pretensão punitiva estatal, não se aplica aos crimes nos quais a constituição definitiva do crédito tributário se deu até 28/02/2011, data de vigência da lei posterior mais gravosa" (RHC 94.845/PR, Rel.Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/6/2018, DJe 1/8/2018) (AgRg no RHC 94.476/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/9/2018, DJe 18/10/2018)"*

*2. Considerando que os crimes em questão foram praticados após a alteração legislativa, com o crédito tributário constituído em fevereiro de 2013, não há ilegalidade no acórdão que rechaça a pretensão de suspensão da ação penal, tendo em vista que o pedido de parcelamento do débito foi realizado após o recebimento da denúncia.*

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 103.155/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2019).*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MAJORANTE PREVISTA NO ART. 12, I, DA LEI 8.137/90. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. PREJUÍZO ELEVADO. POSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO. INADMISSIBILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO DE AUMENTO. PRÁTICA DE MAIS DE 7 CRIMES. PATAMAR MÁXIMO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. SUSPENSÃO DO PROCESSO. PARCELAMENTO APÓS O RECEBIMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.*

*[...]*

*6. Constatado que a inscrição do débito em dívida ativa se deu em data posterior à alteração legislativa, do mesmo modo que o parcelamento do débito ocorreu depois do recebimento da denúncia, não*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*há como evitar a aplicação da novel regra do art. 83, § 2º, da Lei n. 9.430/96, trazida pela Lei 12.382/11.*

*7. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1377172/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/10/2019).*

No caso em tela, consoante a denúncia (fl. 19), a inscrição em dívida ativa ocorreu em 2014 e 2015.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula 568 do STJ, dou provimento ao recurso recurso especial para afastar a ordem concedida na origem, determinando a regular tramitação do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator